

RELAÇÕES DE PODER: ALGUMAS REFLEXÕES TEÓRICAS

Alessandro Batistella*

RESUMO: No presente ensaio pretendemos tecer algumas reflexões acerca do poder e das relações de poder, desde as tipologias clássica e moderna – que esforçavam-se em explicar o poder por meio de um conceito universal, em que esses poderes assumem formas institucionalizadas e sempre subordinadas ao poder supremo, o político – até as decisivas contribuições de Michel Foucault e Pierre Bourdieu, que evidenciaram que as relações de poder não se restringem somente ao nível macro, mais visíveis, mas também ao nível micro (moleculares), invisíveis e simbólicos.

Palavras-chave: relações de poder, poder simbólico, micro-poderes.

ABSTRACT: In the present essay we aim to weave some reflexions about power and the power relations, since their classical and modern typologies – that made an effort in explain the power through an universal concept, where theses powers take over institutionalized shapes and are always subordinated to the major power, the political power – to the decisive contributions of Michel Foucault and Pierre Bordieu, that conspiciously showed that the power relations are not only restricted to the macro level, more visible, but also to the micro (molecular), invisibles and symbolics levels.

Key-words: Power relations, symbolic power, micro-power.

O poder sempre foi um dos alvos preferidos das ambições humanas, talvez desde a época dos primeiros hominídeos, ou melhor, desde que o “homem tornou-se homem, isto é, desde quando foi capaz de transmitir conhecimento, crença, lei, rito, moral, costume (os sistemas de símbolos significantes) (GEERTZ, 1989, p. 59)”.

Dessa forma, poder e política são como irmãos siameses, pois é difícil olhar para um sem perceber a presença do outro. De fato, desde as sociedades mais primitivas já podemos identificar a existência de um chefe clânico, que em geral era o homem mais forte ou o caçador mais hábil, embora este, muitas vezes, consultava o conselho de anciãos (Cf. MOSCA; BOUTHOU, 1968, p. 15). De qualquer maneira, o poder parece estar sempre presente – e em disputa – ao longo da história humana. Mas, afinal, o que é poder?

* Graduado e Mestre em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF); Doutorando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Bolsista da CAPES.
E-mail: alessandrobattistella@yahoo.com.br

Etimologicamente, a palavra *poder*, originária do latim vulgar *potere*, exprime “autoridade, força, persuasão, controle, regulação, etc.” (FERREIRA, 2001). De acordo com Norberto Bobbio (1986, p. 955), “o poder, por vezes, é definido como uma relação entre dois sujeitos, dos quais um impõe ao outro a própria vontade e lhe determina o seu comportamento”.

Por sua vez, Max Weber conceitua o poder “como a capacidade de controlar indivíduos, eventos ou recursos, ou seja, fazer com que aconteça aquilo que a pessoa quer, a despeito de obstáculos, resistências ou oposições” (Apud JOHNSON, 1997, p. 177).

Ao contrário de Max Weber, Karl Marx utilizou o conceito de poder em relação às classes sociais, e não a indivíduos, argumentando que o poder tem origem em uma posição de classe social nas relações de produção, como na posse e controle dos meios de produção pela classe burguesa (Idem).

De qualquer forma, o conceito de poder aplica-se a sistemas sociais organizados hierarquicamente, sendo o mesmo considerado como um recurso que indivíduos ou classes sociais podem ou não possuir, o que catalisa antagonismos e conflitos entre os que o têm e os que não o têm.

Na tradição clássica, que remonta a Aristóteles, eram consideradas três formas principais de poder: o poder paterno, o poder despótico e o poder político. O poder paterno refere-se à relação entre pai e filho; o poder despótico à relação entre senhor e escravo; e o poder político à relação entre governo e governados (BOBBIO, 1986, p. 955).

Já na tradição moderna podem ser considerados como principais formas de poder o econômico, o ideológico e, novamente, o político. O poder econômico é aquele em que quem detém a posse dos meios de produção ou a posse de certos bens é capaz de determinar o comportamento daqueles que não os possuem. O poder ideológico, por sua vez, evidencia-se na influência que certas idéias ou discursos, expressas em determinadas circunstâncias, por uma pessoa ou um grupo e difundidas mediante certos processos, exercem sobre a conduta de outra pessoa ou de uma coletividade. E, por fim, o poder político é o poder supremo, o poder coator legítimo, monopolizado pelo Estado e o mais eficaz para condicionar os comportamentos (Idem).

Contudo, tanto a tipologia clássica quanto a moderna revelam um esforço de se tentar explicar o poder por meio de um conceito universal, em que esses poderes assumem

formas institucionalizadas e sempre subordinadas ao poder supremo, o político. Entretanto, Michel Foucault e Pierre Bourdieu contribuíram decisivamente nos estudos do poder, evidenciando que o mesmo não se restringe somente ao nível macro, mais visíveis, mas também ao seu nível micro (moleculares), invisíveis e simbólicos.

Nesse sentido, convém aqui salientar que o próprio conceito de poder passou por algumas reflexões a partir desses dois pensadores. Segundo Foucault, “não existe algo unitário e global chamado poder, mas unicamente formas díspares, heterogêneas, em constante transformação” (Cf. MACHADO, 2006, p. 11). Ainda segundo o autor, “o poder não existe, o que existe são as práticas ou relações de poder. Portanto, o poder não é um objeto, uma coisa, mas uma relação” (Idem, p. 14).

Embora Foucault não tenha se preocupado em formular uma “teoria geral do poder”, uma vez que não considerava o poder uma realidade que possua uma natureza ou essência com características universais, as suas reflexões foram de enorme valia para a Ciência Política (que até então limitava ao Estado a sua investigação sobre o poder) e para a Nova História Política:

[...] a *nouvelle histoire* possibilitou a abertura para concepções novas e variadas a respeito de temas pouco freqüentados pela historiografia: os poderes, os saberes enquanto poderes, as instituições supostamente não-políticas, as práticas discursivas. *Foucault, pois foi este o autor que revolucionou a compreensão desses novos objetos, colocou em destaque a relação entre as diferentes práticas sociais e a pluralidade e onipresença não do poder, mas dos poderes.* A historiografia política passou a enfocar, nos anos 1970, a Microfísica do poder, na realidade as infinitas astúcias dos poderes em lugares históricos pouco conhecidos dos historiadores – família, escola, asilos, prisões, hospitais, polícia, oficinas, fábricas, etc.; em suma, no cotidiano de cada indivíduo ou grupo social (FALCON, 1997, p. 75).

Portanto, os estudos de Foucault evidenciam que o exercício do poder não se restringe somente às instituições (Estado, escolas, prisões, hospícios, etc.), pois há uma série de poderes periféricos e moleculares (integrados ou não ao Estado) que são exercidos

em diversos níveis e em pontos distintos da rede social, constituindo uma complexa teia invisível a que nenhum indivíduo escapa. Enquanto os macro-poderes (institucionalizados) são mais fáceis de serem visualizados, sobretudo por serem marcados pela disciplina, que traz consigo uma maneira específica de punir e estabelece a relação entre opressor-oprimido, comandante e comandados, etc., os micro-poderes constituem formas específicas, não-jurídicas, atuando no interior dos homens (o corpo), manipulando seus elementos, produzindo seu comportamento, domesticando-o, manufaturando o tipo de homem necessário à sociedade industrial capitalista.

Em outras palavras, Foucault procura mostrar que as relações de poder não podem ser explicadas somente ao nível do direito (leis) ou da violência, pois nenhuma forma de dominação conseguiria manter-se por muito tempo exclusivamente baseado na repressão. Dessa forma, os micro-poderes desempenharam um papel fundamental à medida que atuam na diminuição das resistências e/ou insurreições contra as ordens do poder, neutralizando-os. Nesse sentido, os micro-poderes atuam como poderes disciplinares, funcionando como uma ordem normativa que não pretende, como a lei, apenas reprimir, mas ver as suas normas aceitas pelos indivíduos, convencendo-os e apresentando-se como uma alternativa escolhida pelos indivíduos e não impostas a eles. Assim, os poderes disciplinares atuam no campo da cultura¹ e das representações, no sentido de legitimar o *status quo* vigente.

Dessa forma, parece-me adequado estabelecer uma analogia entre os micro-poderes de Foucault e o “poder simbólico”, definido por Pierre Bourdieu (1989, p. 7-8) como “o poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”. Ainda segundo o autor,

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário. (Idem, p. 14-15).

Portanto, tanto o micro-poder quanto o poder simbólico são poderes que atuam na construção da realidade, criando consensos, fabricando verdades, semeando conformismos e legitimando as dominações vigentes. Dessa maneira, são poderes que atuam no campo das representações sociais, particularmente nos sistemas simbólicos².

Sandra Pesavento (2006, p. 49) lembra-nos que:

No início do século XX, os etnólogos Marcel Mauss e Émile Durkheim já chamavam a atenção para esta construção de “um mundo paralelo de sinais que se colocava no lugar da realidade” entre os povos primitivos que estudavam, onde as representações deram a chave para analisar este fenômeno presente em todas as culturas ao longo do tempo: os homens elaboram idéias sobre o real, que se traduzem em imagens, discursos e práticas sociais que não só qualificam o mundo como orientam o olhar e a percepção sobre esta realidade.

Para Jacques Le Goff (Apud PESAVENTO, 1995, p. 15), representação é a tradução mental de uma realidade exterior percebida e liga-se ao processo de abstração. O imaginário faz parte de um campo de representação e, como expressão do pensamento, se manifesta por imagens e discursos que pretendem dar uma definição da realidade. Entretanto, as imagens e discursos sobre o real não são exatamente o real ou, em outras palavras, não são expressões literais da realidade, como um fiel espelho.

Em uma determinada sociedade, diferentes grupos – sociais, políticos, religiosos, étnicos, culturais, etc. – tendem a disputar esse “poder simbólico” por meio de uma espécie de “guerra de representações”, evidenciadas

[...] quer diretamente, nos conflitos simbólicos da vida cotidiana, quer por procuração, por meio da luta travada pelos especialistas da produção simbólica (produtores a tempo inteiro) e na qual está em jogo o monopólio da violência simbólica legítima (cf. Weber), quer dizer, do poder de impor – e mesmo de inculcar – instrumentos de conhecimento e de expressão arbitrários – embora ignorados como tais – da realidade social (BOURDIEU, 1989, p. 11-12).

Esse corpo de especialistas produzem um conjunto de sistemas simbólicos que servem a interesses particulares, mas são apresentados como interesses universais. Assim, os sistemas simbólicos do grupo dominante atuam no sentido de criar consensos, desmobilizando os grupos dominados, legitimando a ordem estabelecida (estabelecendo distinções – hierarquias – e legitimando essas distinções), enfim, parafraseando Weber, “domesticando os dominados” (Idem, p. 10-11).

Nesse sentido, Foucault procurou não distinguir, em suas análises, ciência e ideologia, uma vez que todo conhecimento, seja científico ou ideológico, só pode existir a partir de condições políticas, que são as condições para que se formem tanto o sujeito quanto os domínios do saber. Em suma, não há saber neutro, pois todo saber é político em virtude do mesmo originar-se em relações de poder. Assim, a investigação do saber não deve remeter ao sujeito do conhecimento, mas às relações de poder que lhe constituem (MACHADO, 2006, p. 21).

O fundamental da análise é que saber e poder se implicam mutuamente: não há relação de poder sem constituição de um campo de saber, como também, reciprocamente, todo saber constitui novas relações de poder. Todo ponto de exercício do poder é, ao mesmo tempo, um lugar de formação de saber. [...] E, em contrapartida, todo saber assegura o exercício de um poder. [...] Mas a relação ainda é intrínseca: é o saber enquanto tal que se encontra dotado estatutariamente, institucionalmente, de determinado poder. O saber funciona na sociedade dotado de poder. É enquanto é saber que tem poder (Idem, p. 21-22).

Para Foucault, portanto, poder e saber estão intrinsecamente articulados na modernidade:

[...] O exercício do poder cria perpetuamente saber e, inversamente, o saber acarreta efeito de poder. [...] O humanismo moderno se engana, assim, ao estabelecer a separação entre saber e poder. Eles estão integrados, e não se trata de sonhar com um momento em que o saber não dependeria mais de poder, o que seria uma maneira de reproduzir, sob a forma utópica, o mesmo humanismo. Não é possível que o poder se exerça sem saber, não é possível que o saber não engendre poder (FOUCAULT, 2006, p. 141-142).

Ainda segundo Foucault, a verdade, o conhecimento e a ciência nunca estão separados do poder: “Vivemos em uma sociedade que em grande parte marcha ‘ao compasso da verdade’³ – ou seja, que produz e faz circular discursos que funcionam como verdade, que passam por tal e que detêm por esse motivo poderes específicos” (Idem, p. 231).

De acordo com o autor, essa vontade da verdade, institucionalizado, tende a exercer uma pressão sobre os discursos como que um poder de coerção:

[...] Penso na maneira como a literatura ocidental teve de buscar apoio, durante séculos, no natural, no verossímil, na sinceridade, na ciência também – em suma, no discurso verdadeiro. Penso, igualmente, na maneira como as práticas econômicas, codificadas como preceitos ou receitas, eventualmente como moral, procuraram, desde o século XVI, fundamentar-se, racionalizar-se e justificar-se a partir de uma teoria das riquezas e da produção; penso ainda na maneira como um conjunto tão prescritivo quanto o sistema penal procurou seus suportes ou sua justificação, primeiro, é certo, em uma teoria do direito, depois, a partir do século XIX, em um saber sociológico, psicológico, médico, psiquiátrico: como se a própria palavra da lei não pudesse mais ser autorizada, em nossa sociedade, senão por um discurso de verdade (FOUCAULT, 2001, p. 18-19).

Nesse sentido, Pierre Bourdieu (1989, p. 15) salienta que

“[...] o que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras.

Portanto, parafraseando Foucault, o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas é aquilo pelo que se luta, é o poder do qual queremos nos apoderar. Dessa forma, não é à toa que toda sociedade tende a controlar,

selecionar, organizar e redistribuir, por certo número de procedimentos, a produção do discurso (FOUCAULT, 2001, p. 9-10), pois, conforme ressalta Roger Chartier (1990, p. 17):

As representações do mundo social, assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-se nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação.

Nesse campo de disputas pelo poder simbólico, o sistema de educação desempenha um papel fundamental, à medida que constitui uma maneira política de manter ou modificar a apropriação dos discursos:

[...] O que é senão um sistema de ensino senão uma ritualização da palavra; senão uma qualificação e uma fixação dos papéis para os sujeitos que falam; senão a constituição de um grupo doutrinário ao menos difuso; senão uma distribuição e uma apropriação do discurso com seus poderes e seus saberes? (FOUCAULT, 2001, p. 44-45).

Ademais, o próprio campo da memória é um terreno onde se disputa esse poder simbólico. A. Thomson ressalta que “a memória é um campo de batalhas”. Nesse sentido, basta lembrarmos as questões das memórias silenciadas e/ou apagadas, das memórias enquadradas, das memórias oficiais, das memórias inventadas, etc...⁴ Em outras palavras, em uma determinada sociedade diferentes grupos (sejam eles políticos, sociais, culturais, religiosos, étnicos, etc.) tendem a disputar também a hegemonia sobre a memória coletiva,

isto é, institucionalizar a memória de determinado grupo (muitas vezes veiculando o seu passado a uma imagem forjada de si mesmo – memórias inventadas, memórias oficiais, memórias ufanistas, etc.) em detrimento das memórias dos outros grupos (as memórias silenciadas, apagadas, enquadradas...). Dessa forma, a memória constitui uma das formas mais fortes e sutis de dominação e da legitimação do poder.

Nesse sentido, Roger Chartier (1990, p. 17) lembra que “[...] As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio”. Assim, o poder simbólico “apresenta-se de uma forma irreconhecível, transfigurada e legitimada das outras formas de poder, capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente de energia” (BOURDIEU, 1989, p. 15).

Enfim, conforme podemos perceber nas reflexões desenvolvidas nos limites desse texto, o poder não pode resumir-se tão-somente a um lugar que se ocupa (monarca, por exemplo), nem um objeto que se possui (meios de produção ou capital, por exemplo); como lembra Foucault, o poder é uma relação de força, de luta, de afrontamento, é uma situação estratégica; assim, o poder se disputa, e é exercido não apenas por meio da coerção física (política ou econômica), mas fundamentalmente no campo das representações (os micro-poderes, o poder simbólico).

Referências Bibliográficas

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: UnB, 1986.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

- FERREIRA, Aurélio B. de H. *Minidicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2001.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 22. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.
- JOHNSON, Allan G. *Dicionário de sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- MACHADO, Roberto. Introdução. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 22. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.
- MOSCA, Gaetano; BOUTHOU, Gaston. *História das doutrinas políticas*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- PESAVENTO, Sandra J. Cultura e representações: uma trajetória. *Revista Anos 90*. Porto Alegre, UFRGS, v. 13, n. 23-24, 2006.
- PESAVENTO, Sandra J. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, vol. 15, nº 29, 1995.
- POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 3, 1989.
- TEDESCO, João Carlos. *Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração*. Passo Fundo: UPF; Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

Notas:

¹ Aqui convém utilizar o conceito de cultura proposto por Geertz. Segundo o antropólogo, a cultura é melhor vista não como complexos padrões concretos de comportamento (costumes, usos, tradições, hábitos, etc.), como é habitual, *mas como um conjunto de mecanismos de controle (regras, planos, instruções...) para governar o comportamento* [grifos meus], uma vez que o homem é precisamente o animal mais desesperadamente dependente de tais mecanismos de controle para ordenar o seu comportamento. In: GEERTZ, op. cit., p. 56.

² Conforme Pierre Bourdieu (1989, p. 10), os símbolos são os instrumentos de conhecimento e de comunicação, tornando possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração “lógica” é a condição da integração “moral”.

³ Foucault menciona três grandes sistemas de exclusão que atingem o discurso: a palavra proibida (censura), a segregação da loucura e a vontade de verdade.

⁴ Cf. POLLAK (1989). Ver também TEDESCO (2004).